Agroecologia e agricultura urbana nas estruturas dos governos locais da região metropolitana de Belo Horizonte: possibilidades para articulações metropolitanas

Agroecology and urban agriculture within the structures of local governments in the Metropolitan Region of Belo Horizonte: possibilities for metropolitan collaborations

CRUZ, Jonatas Ferreira[1]; ALENCAR, Victor Gabriel de Souza Lima[2] ; COSTA, Heloisa Soares de Moura[3].

[1] Grupo AUÊ! - Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista FAPEMIG (BDCTI – VI), jonatasaue@gmail.com; [2] Grupo AUÊ! - Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista FAPEMIG (BDCTI – II), victoralencar.aue@gmail.com; [3] Grupo AUÊ! Universidade Federal de Minas Gerais, professora titular Departamento de Geografia e pesquisadora do CNPq, heloisasmcosta@gmail.com.

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: Este resumo busca apresentar parte dos resultados da pesquisa em elaboração pelo grupo AUÊ!/UFMG e parceiros, que identificou a existência das institucionalidades dos governos locais que atuam com a temática da agricultura urbana (AU) e da agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Busca-se a partir disso identificar os agentes das políticas públicas locais, uma vez que há uma defasagem de informações e uma dificuldade de compreender como funcionam essas estruturas municipais. Os dados foram coletados nos sites oficiais das prefeituras e câmaras municipais de cada um dos 34 municípios. Nota-se que cada um articula os temas da AU e agroecologia de forma particular e conectadas a outras temáticas, mas, em muitos casos, são inexistentes. Por outro lado, a (in)existência pode incentivar a incidência política para melhor estruturação da ação do Estado nos temas e, eventualmente, fortalecer articulações e a criação de políticas municipais e metropolitanas.

Palavras-chave: políticas públicas; agricultura urbana; agroecologia; estrutura governamental; plano diretor.

Introdução

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), é composta por 34 municípios e tem uma população estimada de 4.883.970 de habitantes, que se organizam por uma área equivalente a 9.472,6 km² (COSTA, 2015). Com uma área tão grande e com uma população que chega na casa dos milhões, o escopo para se pensar as diversas formas de se produzir alimentos e, ao mesmo tempo, com impacto mínimo no meio ambiente, é vista de maneira heterogênea e com o envolvimento de diversos agentes locais e regionais, sejam eles membros da sociedade civil e governamentais. Pensando nos diversos meios para se plantar e se ter acesso à alimentação saudável, tem-se na RMBH um cenário complexo e potente. Apesar de muitos municípios não terem políticas específicas de agricultura (que incorporem a

agricultura urbana – AU, e a agroecologia), o município de Belo Horizonte tem uma longa trajetória de atuação no tema da Segurança Alimentar e Nutricional que incorporam a agroecologia e o fortalecimento de agricultoras/es urbanas desde a sua fundação (ORNELAS, 2020), que tem inspirado outros municípios da região.

Além disso, como a agricultura urbana e a agroecologia ocupam um lugar de invisibilidade e baixo incentivo no nosso país, políticas públicas que visem o incentivo à sua manutenção se fazem necessárias para que essas práticas não sucumbam ou sejam esmagadas pela agroindústria atual ou pelas dinâmicas hegemônicas nas regiões metropolitanas. Nota-se que há uma dificuldade de visibilizar e entender as estruturas garantidoras dessas políticas no nível municipal, que também é vista na RMBH pelas complexidades das desigualdades socioespaciais, dos conflitos ambientais e das disputas entre os diversos usos do solo neste território (ALENCAR; ORNELAS; COSTA, 2020).

Diante disso, o grupo AUÊ! – Estudos em Agricultura Urbana da Universidade Federal de Minas Gerais (AUÊ!/UFMG; https://aueufmg.wordpress.com/), junto a seus parceiros estão elaborando uma pesquisa que busca aprofundar estudos sobre o potencial da agroecologia como parte de uma estratégia de reestruturação territorial da RMBH, e pretende avançar no entendimento das relações contemporâneas entre espaços urbanos e rurais, das relações entre poder público e organizações sociais, entre outras questões relevantes no debate sobre regiões metropolitanas.

Neste resumo iremos apresentar parte dos resultados dessa pesquisa, mais especificamente sobre o levantamento realizado de quais estruturas governamentais podem contribuir para o fortalecimento da agricultura nos municípios metropolitanos. Sendo a informação uma importante ação para a criação ou garantia da continuação de políticas públicas, o resumo tem como objetivo geral apresentar dados acerca de conselhos, secretarias e superintendências ligados aos temas da AU e agroecologia, analisar e comparar os dados coletados e, por fim, relatar parte dos resultados encontrados.

Metodologia

A pesquisa tem viés qualitativo e quantitativo, que até o momento está em etapa de socialização dos resultados quantitativos para se debater com parceiras/os do AUÊ!. Para os resultados aqui apresentados, a principal fonte de dados e informações foram os sites oficiais das prefeituras e câmaras municipais dos 34 municípios. Mais precisamente, a busca por esses dados e o interesse de querer entender as estruturas governamentais vieram não só das leituras e direcionamentos de outras pesquisas do grupo AUÊ!, mas também das reuniões com pesquisadores da Fundação João Pinheiro (FJP) e da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

Após debates internos, foram elaboradas questões para a investigação nas fontes de informações que se estruturou em 04 eixos principais: quais secretarias incorporam os temas da agricultura, AU e agroecologia; quais conselhos existem nos 34 municípios que articulam as temáticas; existem superintendências ou outras institucionalidades relacionadas aos temas; e se há menção da agricultura, AU e agroecologia nos Planos Diretores municipais. Como forma de instrumentalização, foi criada uma planilha para a sistematização dos dados coletados. A seguir, discutiremos alguns dos resultados encontrados até o presente momento.

Resultados e Discussão

É importante mencionar que o fato de existir o órgão ou a política não significa que necessariamente elas estejam implementadas, que os órgãos governamentais as realizam ou possuem papel ativo e até mesmo orçamento específico significativo. O que se pretende neste primeiro momento é ressaltar que existem (ou não) essas estruturas que possam vir a exercer essas ações. Ao nos deparar com as estruturas governamentais existentes nos municípios da RMBH percebe-se que há um número significativo: na soma dos Conselhos, Secretarias Municipais e as Superintendências, foram identificadas 76 instâncias que podem atuar sobre a questão da agricultura urbana e da agroecologia municipal.

Em uma primeira análise dessas 76 instâncias, nota-se que a maioria são secretarias municipais (50 no total), sendo que 03 são específicas de Segurança Alimentar e Nutricional (6% do total); 09 de Agricultura (18%), sendo 06 Secretarias de Agricultura associadas ao tema do Meio Ambiente; 33 são de Secretarias de Meio Ambiente (66%); e 05 secretarias municipais relacionadas a Políticas Urbanas (10%). Cabe ressaltar que apenas o município de Rio Manso não tem uma secretaria de Meio Ambiente e, no município de Matozinhos, a competência que lida com as questões do meio ambiente ficam a cargo da Secretaria de Obras e Infraestrutura.

Em relação aos Conselhos Municipais, até o momento, foram identificadas 25, sendo 04 de Segurança Alimentar e Nutricional (16% do total); 08 são de Meio Ambiente (32%) e 13 de Alimentação Escolar (52%). No caso das Superintendências existe uma específica sobre Proteção Alimentar, no município de Betim.

Já o município de Belo Horizonte, dispõe de: 02 Conselhos específicos (Conselho Municipal de Alimentação Escolar e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional), além de conselhos relacionados à temática urbana e de meio ambiente; e 03 Secretarias que atuam com as temáticas (Secretaria de Assistência Social Segurança Alimentar e Cidadania; Secretaria Municipal de Política Urbana; e Secretaria de Meio Ambiente). Não há Superintendências que podem exercer Políticas Públicas que incentivem a agricultura urbana e a agroecologia, diferentemente de outros municípios à sua volta. A estrutura que mais aparece é

voltada para alimentação escolar, por ter um envolvimento com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Por fim, no caso dos Planos Diretores dos 34 municípios, 17 ao menos mencionam a agricultura no documento e em 17 nada consta sobre a agricultura ou sobre as diversas formas de se produzir alimentos ligados à agroecologia. Ou seja, em metade destes municípios, a agricultura não entra como discussão ou elemento de organização do território municipal. Por outro lado, entre os anos de 2017 e 2019, 11 municípios revisaram seus Planos Diretores em um processo conjunto com órgãos do governo do estado de Minas Gerais e UFMG, que resultou, dentre outros avanços, na incorporação da agroecologia, agricultura urbana e familiar como parte das propostas de segurança alimentar, de proteção, conservação e reestruturação dos territórios (ALENCAR; ORNELAS; COSTA, 2020).

Conclusões

Diante dos resultados obtidos, podemos inferir que a pesquisa fornece dados iniciais para sintetizar as estruturas governamentais dos órgãos que se aproximam dos temas da agricultura urbana, agroecologia e outras formas de produção de alimentos saudáveis que visam não só a manutenção, mas também a recuperação e proteção do meio ambiente e do território.

Além disso, pode-se perceber que a capital mineira, com seu histórico de referência nacional nesta questão, dispõe de uma estrutura mais organizada por conter diversos órgãos que cuidam dessas temáticas, além de políticas públicas específicas. Porém, isso não se reflete nos demais municípios da região metropolitana, com pouca ou nenhuma infraestrutura que trate da agricultura urbana e agroecologia. Quanto aos planos diretores, metade dos municípios nem mencionam agricultura no documento que irá reger a organização do território municipal. Por outro lado, visibilizar e conectar as experiências dos municípios que possuem ações locais e de execução das políticas estaduais e nacionais (como PNAE, por exemplo), podem potencializar iniciativas em outros municípios e até mesmo incidir em políticas em escala metropolitana.

Nos próximos passos, a pesquisa se aprofundará não só nas implicações que essa setorização causa nas políticas públicas que tangenciam a agricultura urbana e agroecologia, mas também compreender como a agricultura aparece em cada plano diretor e como isso impacta as ações governamentais para a produção de alimentos agroecológicos, além de colocar em debate os resultados com as articulações e movimentos sociais locais e metropolitanos.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo financiamento da pesquisa (APQ-01541-22 - Agriculturas da

Região Metropolitana de Belo Horizonte e reconfigurações territoriais: sujeitos e práticas agroecológicas, planejamento territorial e políticas públicas); ao CNPq pela bolsa de produtividade em pesquisa; à Fundação João Pinheiro e à Universidade Estadual de Minas Gerais pela parceria.

Referências bibliográficas

ALENCAR, Victor Gabriel de Souza Lima; ORNELAS, Gabriel Mattos; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Planejar para alimentar as metrópoles: a incorporação da agricultura e da agroecologia no planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 285–309, 2020.

COSTA, Marco Aurélio. **Governança Metropolitana no Brasil. Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana.** Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

ORNELAS, Gabriel Mattos. **Agroecologia e política: ações coletivas e institucionalização da agroecologia no município de Belo Horizonte (1993-2020).** 2020. Dissertação de Mestrado (Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.